

“LIVRES COMO PÁSSARAS”? ACUMULAÇÃO PRIMITIVA, CAÇA ÀS BRUXAS E A EXPROPRIAÇÃO MISÓGINA

“FREE LIKE BIRDIES”? PRIMITIVE ACCUMULATION, WITCH HUNT AND MISOGYNICAL EXPROPRIATION

Silvana Marinho¹

Resumo

A tese da guerra às mulheres, pela analítica da caça às bruxas, como um processo de natureza histórica, estrutural e permanente do mundo moderno, é explorada neste artigo com base no trabalho da historiadora italiana Silvia Federici. A violência de gênero precisa ser compreendida à luz dos processos históricos reais, como a invenção da bruxa da Era Moderna que arregimentou na “bruxa” todas as facetas do feminino insubordinado que segue resistindo à opressão-exploração.

Palavras-chave: acumulação primitiva; caça às bruxas; misoginia.

Abstract

The thesis of the war on women, through the analysis of the witch hunt, as a process of historical, structural and permanent nature in the modern world, is explored in this article based on the work of the Italian historian Silvia Federici. Gender violence needs to be understood in the light of real historical processes, such as the invention of the witch of the Modern Era, which enlisted in the “witch” all the facets of the insubordinate feminine that continues to resist oppression-exploitation.

Keywords: primitive accumulation; witch hunt; misogyny.

Introdução

A constituição do capitalismo como um sistema-mundo reúne uma série de elementos histórico-estruturais em confluência, que compuseram, em diferentes partes do mundo, um verdadeiro conjunto articulado de acontecimentos históricos que então permitiram-no erigir e se consolidar. Todos esses acontecimentos tiveram uma característica comum: *a violência*.

¹Professora Adjunta do Departamento de Política Social da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Rio de Janeiro (UERJ). Pesquisadora do Laboratório Interdisciplinar de Estudos e Intervenção em Políticas Públicas de Gênero (LIEIG/NEPP-DH UFRJ). Conselheira titular do Conselho Estadual LGBTI+ do Rio de Janeiro (CELGBTI+/RJ), representando o CRESS/RJ. Os estudos atuais concentram-se nos paradoxos entre cidadania e violência contra as mulheres (cis e trans), sob a inspiração feminista, e na reflexão teórico-política das relações de opressão-exploração de classe, raça, gênero, sexualidade e nação. E-mail: marinho.silvana@gmail.com

“LIVRES COMO PÁSSARAS”? ACUMULAÇÃO PRIMITIVA, CAÇA ÀS BRUXAS E A EXPROPRIAÇÃO MISÓGINA

Essa é uma ótica fundamental para desmitificar “um advento” do capitalismo como se fosse uma lenda análoga às aquelas teológicas que naturalizam os acontecimentos e trazem narrativas explicativas em tom edílico da “conquista” e da acumulação de riquezas por uma “elite laboriosa, inteligente e sobretudo econômica”, como ironizava Marx (2018, p. 835), em contraposição a uma população de pessoas vadias.

O colonialismo moderno é notadamente demarcado como um fenômeno central enquanto pré-condição para o desenvolvimento do capitalismo. O extermínio de populações autóctones das áreas ocupadas e o tráfico negreiro a partir da África com o sistema colonial, foram fatores importantes para a acumulação capitalista nos países europeus. O projeto intrusivo colonial esteve, assim, estruturalmente vinculado à acumulação primitiva e à expansão econômica mercantilista assentadas no controle e na exploração do trabalho, seja pela escravização de povos nas Américas, África, Ásia e Oceania, seja pelo signo do assalariamento de massas expropriadas de suas terras.

Entretanto, grande parte dos estudos desse processo histórico, sem uma análise pelas relações de gênero, esquecem ou ignoram que a acumulação primitiva também se alimentou do não-salário ao trabalho desempenhado pelas mulheres e da apropriação de seus corpos: como corpos-reprodutores da força de trabalho e como corpos-ameaça, sendo as mulheres perseguidas e afugentadas.

Sob a inspiração das leituras de Nancy Fraser (2020) e Silvia Federici (2017; 2019a) sobre a acumulação primitiva em Marx², expõe-se a presente discussão adornada pelas metáforas “segredo da acumulação primitiva” e “livres como pássaros” do XXIV Capítulo *D’ O Capital*, além da reflexão de Fraser acerca do método de exposição de Marx para tratar da teoria do valor como um terreno atrás de outro terreno.

Contudo, será com Federici que escavaremos ainda mais esse terreno, encontrando nele a história da violência da expropriação sobre as mulheres que ainda é pouco contada, à luz de um outro acontecimento histórico estrutural ao “nascimento” do capitalismo: a caça às bruxas dos séculos XVI e XVII. Como assevera Federici, essa perseguição e guerra contra às mulheres ainda não terminou, por essa razão faz-se premente:

haver um esforço para compreendermos a história e a lógica da caça às bruxas e as muitas maneiras pelas quais ela se perpetua em nossa época. Pois, é apenas mantendo

² Merece dizer que a escolha de reunir Fraser e Federici para este diálogo é intencional, justamente porque elas não mantêm entre si diálogos teóricos. Fraser (2020, p. 47), ao tratar de teóricas da reprodução social, menciona nomes de referência neste debate, desde Alexandra Kollontai, Mariarosa Dalla Costa, Selma James, Angela Davis, Lise Vogel, porém não cita Federici.

“LIVRES COMO PÁSSARAS”? ACUMULAÇÃO PRIMITIVA, CAÇA ÀS BRUXAS E A EXPROPRIAÇÃO MISÓGINA

essa lembrança viva que poderemos evitar que ela se volte contra nós (FEDERICI, 2019a, p. 141)

O segredo da acumulação primitiva em Marx: um terreno atrás de outro terreno

No Capítulo XXIV *D'O Capital*, Marx (2018) assinala que, para a condição da existência de uma massa assalariada, primeiramente foi necessária a “libertação” da servidão e da coerção corporativa praticadas na estrutura econômica feudal. Procedeu-se a extinção do feudalismo para a formação da estrutura econômica capitalista. Essa transição histórica de sujeição do indivíduo ao feudalismo para a sua sujeição ao capitalismo revela o “segredo” (MARX, 2018) da acumulação primitiva, que se desenvolveu pelo signo da violência da expropriação de grandes massas humanas dos seus meios de subsistência, atingindo a produção familiar, artesanal, camponesa, corporativa, etc. Valendo-se do poder do Estado-coerção:

A burguesia nascente precisava e empregava a força do Estado, para “regular” o salário, isto é, comprimi-lo dentro dos limites convenientes à produção de mais valia, para prolongar a jornada de trabalho e para manter o próprio trabalhador num grau adequado de dependência. Temos aí um fator fundamental da chamada acumulação primitiva (MARX, 2018, p.859)

As expropriações e os bloqueios ao acesso à terra lançaram populações inteiras à condição de “*livres como pássaros*” como metaforizado por Marx (2018): livres de seus senhores feudais e livres dos seus meios de subsistência, circunstância imposta tal que resultou no surgimento do proletariado, tendo de vender a única coisa que lhe restou, sua própria pele (MARX, 2018).

Essa é uma síntese histórica dos antecedentes que permitiram materialmente o movimento do capital e o desenvolvimento do capitalismo como modo de produção, na qual Marx evidencia a origem da mercantilização da força de trabalho, sendo este a substância social comum a todas as outras mercadorias que o capitalista coleciona e manipula.

Certamente não se trata de uma síntese histórica qualquer. Seu método de exposição para apresentar a teoria do valor em todo o livro 1 de *O Capital* inicia com a mercadoria, deixando o “segredo” da acumulação primitiva para o penúltimo capítulo. O próprio Marx, ao apresentar uma descrição do itinerário dos seus estudos político-econômicos acerca da economia burguesa, sinalizou que o leitor que desejasse seguir seus escritos teria de ascender do particular para o geral.

“LIVRES COMO PÁSSARAS”? ACUMULAÇÃO PRIMITIVA, CAÇA ÀS BRUXAS E A EXPROPRIAÇÃO MISÓGINA

Sua escolha metodológica de começar pela mercadoria é, precisamente, em razão dela conter em si a universalidade das relações sociais do modo de produção capitalista. Marx então desenvolve a lógica da *exploração* – via troca, circulação, processo de produção da mais-valia e autovalorização do capital conforme a lei geral de acumulação capitalista, que, em suma, significa que “a força de trabalho tem de incorporar-se continuamente ao capital como meio de expandi-lo, não pode livrar-se dele” (MARX, 2009, p.716) – para concluir com o processo da *expropriação* pela acumulação primitiva.

Com esse caminho, Nancy Fraser (2020) sugere que o método de Marx traz, na verdade, um terreno atrás de outro terreno, vez que a expropriação é demonstrada como elemento subjacente à exploração.

O que me interessa aqui é a mudança epistêmica que ocorre quando nos movemos da história oficial da exploração para a história de fundo da expropriação [...]Marx nos leva da *acumulação por meio da exploração* – que tem uma forma legalmente sancionada de logro, a qual ocorre por meio do (e é mistificada pelo) contrato de trabalho – para a *acumulação por meio da expropriação*, que é um processo abertamente brutal, sem pretensão de troca igual (FRASER, 2020, p. 45, itálicos originais).

Nesse sentido, o que quer Fraser (2020, p. 45) e que nos interessa para a presente discussão, é destacar que esse movimento epistêmico torna visível algo que estava previamente encoberto, pondo luz à “longa elaboração da ‘lógica do valor’ do capitalismo” a qual “reside em outro nível de realidade social”, nos fazendo ver que estávamos enganadas/os sobre o evento principal do qual constitui a sociedade capitalista.

A troca mercadológica perde, assim, a sua inocência. Vemos que ela se baseia no segredo sujo da exploração. Da mesma forma, a coerção sublimada do trabalho assalariado parece ainda mais desagradável quando vemos que é fundamentada no segredo, ainda mais sujo, da violência aberta e do roubo explícito (FRASER, 2020, p. 45).

[...]

Enquanto a exploração transfere valor para o capital sob o disfarce da livre troca contratual, a expropriação dispensa todas essas sutilezas em favor de um bruto confisco – do trabalho, sem dúvida, mas também de terra, animais, ferramentas, minerais e depósitos de energia, bem como de seres humanos, suas capacidades sexuais e reprodutivas, seus filhos e seus órgãos corporais (FRASER, 2020, p. 58)

Seguramente, a história da modernidade mostra que não se pode ter exploração sem expropriação. A “expropriação como outro terreno atrás do terreno, possibilita a exploração” (FRASER, 2020, p. 57). E, “na medida em que compreendemos a história de fundo da

“LIVRES COMO PÁSSARAS”? ACUMULAÇÃO PRIMITIVA, CAÇA ÀS BRUXAS E A EXPROPRIAÇÃO MISÓGINA

expropriação, esclarecemos o lugar estrutural da opressão imperialista, racial e de gênero na sociedade capitalista” (FRASER, 2020, p. 57).

O segredo da acumulação primitiva em Federici: escavando o terreno, encontramos as bruxas

O trabalho da historiadora italiana Silvia Federici (2017, 2019a), a partir de uma perspectiva feminista e de classe, fornece importantes elementos para enriquecer de historicidade as pré-condições ao tal salto para o surgimento do mundo moderno. Em “O Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação capitalista”, e, mais recentemente, em “Mulheres e caça às bruxas: da Idade Média aos dias atuais”, Federici (2017; 2019a) elaborou um exame crítico e analítico da acumulação primitiva, identificando uma série de fenômenos e determinantes históricos a ela vinculados até então não estudados.

Entre esses fenômenos a historiadora elenca: o desenvolvimento de uma *nova divisão sexual do trabalho*; a construção de uma *nova ordem patriarcal* baseada na exclusão das mulheres do trabalho assalariado e em sua subordinação aos homens; a *mecanização do corpo* proletário e sua transformação, no caso *das mulheres, em uma máquina de produção de novos trabalhadores*; e, por fim, o elemento que a autora colocou no centro da sua análise da acumulação primitiva: *a caça às bruxas* da Era Moderna (FEDERICI, 2017).

Com densidade histórica e teórica, o trabalho de Federici (2017, 2019a) vai preenchendo de argumentos contundentes o conjunto desses quatro fenômenos que convergem para fundamentar sua tese central: *a degradação do feminino e a guerra às mulheres* no curso da transição ao capitalismo como um processo de natureza *histórica, sistemática, estrutural e permanente* do mundo moderno.

Chamou a atenção de Federici (2017) a execução de centenas de milhares de mulheres consideraras “bruxas” ao longo dos séculos XVI e XVII, coincidindo justamente com uma economia de mercado capitalista nascente. À então *caça às bruxas* ocorrida na Europa e no chamado Novo Mundo, Federici (2017) conferiu-lhe importância histórica e determinante para a acumulação primitiva, cuja prática interagiu estruturalmente com o fenômeno da expropriação do campesinato de suas terras e com o da “conquista” das Américas pelo sistema escravagista, pondo fim às sociedades comunais.

“LIVRES COMO PÁSSARAS”? ACUMULAÇÃO PRIMITIVA, CAÇA ÀS BRUXAS E A EXPROPRIAÇÃO MISÓGINA

Dito de outra forma, a perseguição às mulheres (estereotipadas como bruxas) foi tão importante para o desenvolvimento do capitalismo quanto aqueles fenômenos já conhecidos. A dominação-exploração pelo método da violência parece, mesmo, atribuir um certo “grau de parentesco” entre todos os sujeitos oprimidos nos processos históricos sobre os quais o mundo moderno erigiu-se, como sugere Federici (2019a, p. 41).

Se minha interpretação estiver correta, torna-se possível uma compreensão histórica diferente, segundo a qual a população africana escravizada, as comunidades camponesas expropriadas na África e na América Latina e os povos indígenas massacrados na América do Norte seriam parentes próximos das bruxas europeias dos séculos XVI e XVII.

Vale dizer que, sendo a caça às bruxas um processo material e simbólico, coincidindo com a formação dos Estados Modernos, do colonialismo, da monetarização da vida social, da revolução científica, além da crise da Igreja Católica com as reformas e contrarreformas, sua análise ajuda a arregimentar todos os outros fenômenos destacados pela historiadora que incidem sobre o feminino: uma nova divisão sexual do trabalho; uma nova ordem patriarcal; e a conformação do corpo feminino como máquina de produção de força de trabalho.

Dito isso, o aspecto primordial a ser sublinhado é o fato de Federici (2017) argumentar que a violência e a expropriação praticadas pelas classes dominantes que então se formavam, ocorreram de maneira *ainda mais severa sobre as mulheres*.

Isso se observa, principalmente, sob dois planos históricos gerais da transição para a modernidade que Federici (2017, 2019a) explora: a mudança de uma economia de subsistência para uma economia monetária, e com ela a privatização da terra, e a então caça às bruxas, entendendo que ao longo de duzentos anos a expressiva maioria das pessoas acusadas de bruxaria eram mulheres. Cada um desses planos gerais guarda um plano de fundo que põe vistas à uma raiz histórica de degradação e violência contra as mulheres, desnudado pela historiadora.

Para o primeiro (a monetarização da vida e a privatização da terra), o que há de profundo em sua dinâmica interna é a *separação artificial entre produção e reprodução*, que reorganizou toda uma estrutura social anterior, na qual as mulheres não eram desvalorizadas como assim o foram com a dicotomização mundo da produção versus mundo da reprodução social imposta pela modernidade.

Já a questão de fundo do segundo plano histórico (a caça às bruxas), ela advém da própria *invenção da bruxa* sob uma campanha ideológica que acompanhou o fenômeno (FEDERICI, 2017). Na interpretação deste manuscrito, a invenção da bruxa cumpriu uma tripla estratégia misógina para um curto, médio e longo prazos de manutenção da ordem moderna: a)

“LIVRES COMO PÁSSARAS”? ACUMULAÇÃO PRIMITIVA, CAÇA ÀS BRUXAS E A EXPROPRIAÇÃO MISÓGINA

a desumanização da mulher rebelde, do feminino dissidente (pela sua demonização) para justificar as violências de gênero; b) a construção do inimigo personificado na “bruxa” combinada à manipulação do medo, naquela circunstância histórica sob o aparato acusatório da Inquisição³, objetivando o controle e o disciplinamento das mulheres (seus corpos, sexualidade e lugares sociais); c) a depreciação do feminino (seus saberes, agência e lutas) para minar seu poder, dividir as mulheres e toda a classe trabalhadora.

Orientamo-nos, então, por esses planos de análise a partir dos argumentos de Silvia Federici (2017; 2019a; 2019b) que serão expostos.

A degradação das mulheres, ao longo da Baixa Idade Média para a Era Moderna, pode ser descrita por uma série de signos e práticas, desde a política sexual desses séculos aos cercamentos nas suas três modalidades (ocupação da terra, alugueis extorsivos e tributação), que incidiam mais duramente sobre mulheres por terem perdido seus direitos consuetudinários (FEDERICI, 2017; 2019a). Um período histórico em que as mulheres estiveram entregues à pobreza, ao estupro e à prostituição de forma aterradora. Alvos da sanha e lambujem patriarcais, dada a completa desintegração social, em prejuízo da reciprocidade, como era comum aos vínculos sociais nas terras comunais.

Quanto aos cercamentos, a violência da expropriação da acumulação primitiva sobre as mulheres se exemplifica, como Federici (2017; 2019a) historiciza, tendo em vista que às mulheres – despojadas das suas possibilidades de sustento e mobilidade, ao serem expulsas de suas terras, aldeias e vilarejos – sobejaram o empobrecimento e a violência dos homens.

Como pontuado por Federici (2017), a privatização da terra e a mercantilização das relações sociais é o contexto histórico em que se deve situar a história das mulheres, uma vez que a chegada do capitalismo introduziu mudanças na posição social que assumiam até então.

Nos séculos XVI e XVII, a privatização da terra e a mercantilização das relações sociais (a resposta dos senhores e dos comerciantes à crise econômica) também causaram ali uma pobreza e uma mortalidade generalizadas, além de uma resistência que ameaçou afundar a nascente economia capitalista. Sustento que esse é o contexto histórico em que se deve situar a história das mulheres e da reprodução na transição do feudalismo para o capitalismo, porque as mudanças que a chegada do capitalismo introduziu na posição social das mulheres - especialmente as proletárias, seja na Europa, seja na América - foram impostas basicamente com a finalidade de buscar novas formas de arregimentar e dividir a força de trabalho (FEDERICI, 2017, p. 126)

³ Vale dizer que as acusações às mulheres consideradas como bruxas partiam não apenas de eclesiásticos, mas também de uma elite de juristas (FEDERICI, 2017; 2019a) demonstrando, mesmo, uma moralidade religiosa sobre o feminino que é institucionalizada pelos estados modernos que se erguiam.

“LIVRES COMO PÁSSARAS”? ACUMULAÇÃO PRIMITIVA, CAÇA ÀS BRUXAS E A EXPROPRIAÇÃO MISÓGINA

Sobre tal aspecto, a autora explica como a privatização da terra foi algo trágico material e espiritualmente para as mulheres:

A função social das terras comunais era especialmente importante para as mulheres, que, tendo menos direitos sobre a terra e menos poder social, eram mais dependentes das terras comunais para a subsistência, autonomia e a sociabilidade. [...] É possível dizer que as terras comunais também foram o centro da vida social das mulheres, o lugar onde se reuniam, trocavam notícias, recebiam conselhos e podiam formar um ponto de vista próprio - autônomo da perspectiva masculina (FEDERICI, 2017, p. 138).

Com a mudança de uma economia de subsistência para uma economia monetária, o capitalismo, sob as ideias científicas da época, como a lógica cartesiana da vida, prontamente cuidou de separar e hierarquizar as dimensões da vida: a produção dicotomizou-se com a reprodução. Conforme analisou Federici (2017), as diferenças de gênero existiam, porém eram menos marcadas nas sociedades comunais. As mulheres executavam tanto atividades vinculadas à subsistência de si e de sua família, quanto as atividades domésticas. Entretanto, com a hierarquização dessas atividades pelo capitalismo, amparada em concepções biologicistas sobre o sexo, restou às mulheres o confinamento no trabalho doméstico, produzindo-se o signo da *vocação feminina* para esse tipo de trabalho.

[...] assim que a terra foi privatizada e as relações monetárias começaram a dominar a vida econômica, elas passaram a encontrar dificuldades maiores do que a dos homens para se sustentar, tendo sido confinadas ao trabalho reprodutivo no exato momento em que este trabalho estava sendo absolutamente desvalorizado (FEDERICI, 2017, p. 144-145).

A partir desse ponto, Federici (2017; 2019b) trata de observar uma nova divisão sexual do trabalho com a feminização e desvalorização do trabalho reprodutivo ante à separação entre produção de mercadorias e reprodução da força de trabalho. Afinal, a nova ordem moderna impôs a criação de valor tão somente no trabalho para o mercado, em desfavor do labor doméstico, visto como não trabalho. Por consequência, instituiu-se uma nova ordem patriarcal que ela denomina de “patriarcado do salário”, cujo acesso aos salários foi majoritariamente dos homens, tornando a situação das mulheres mais precária pelo não salário e pela dependência a eles (seja como pais, maridos, filhos, irmãos).

A reprodução social a ser desempenhada pelas mulheres dependia também do controle de seus corpos e de sua sexualidade para cumprirem com a matriz de gênero heteronormativa e (re)produzirem novos trabalhadores sob a subjetividade dessa matriz. Federici (2017) lembra que o modelo nuclear de família da ideologia burguesa foi (e ainda o é) instituição chave para assegurar a transmissão da propriedade, a reprodução da força de trabalho e dos valores

“LIVRES COMO PÁSSARAS”? ACUMULAÇÃO PRIMITIVA, CAÇA ÀS BRUXAS E A EXPROPRIAÇÃO MISÓGINA

burgueses, papel designado às mulheres com o trabalho doméstico. Um contexto desastroso de acumulação de trabalho não remunerado (feminino), que vem sendo politizado pela autora como trabalho para o capital (FEDERICI, 2019b), nos fazendo enxergar que há nos corpos da classe trabalhadora um trabalho acumulado de mulheres.

Não seria exagero dizer que toda essa costura de subordinação das mulheres foi alinhada com a *invenção da bruxa*. Assim é que:

Apontar e perseguir as mulheres como “bruxas” preparou o terreno para o confinamento das europeias no trabalho doméstico não remunerado. Isso legitimou sua subordinação aos homens, dentro e fora da família. Deu ao Estado controle sobre sua capacidade reprodutiva, garantindo a criação de novas gerações de trabalhadores e trabalhadoras. Dessa forma, *as caça às bruxas estruturaram uma ordem especificamente capitalista, patriarcal, que continua até hoje*, embora tenha se ajustado constantemente em resposta à resistência das mulheres e às necessidades sempre em transformação do mercado de trabalho (FEDERICI, 2019a, p.91-92, itálicos incluídos).

O controle da sexualidade das mulheres é, com efeito, uma dimensão que demonstra a severidade da degradação e da violência contra as mulheres, na medida em que sua objetificação passou a naturalizar as atrocidades então cometidas contra elas. Leis, normativas e políticas sexuais foram criadas e alteradas a depender das circunstâncias históricas e das necessidades das forças protocapitalistas.

No final do século XV, diante de uma política sexual misógina e androcêntrica, na qual os estupros eram legalizados, mulheres e meninas pobres passaram a sofrer estupros coletivos como “esporte” dos homens (FEDERICI, 2017). Primeiramente eram os jovens de famílias ricas que as sequestravam de suas casas, mas paulatinamente, sendo naturalizado o feito falocêntrico, também foi perpetrado por homens proletários. Como eram estupros sem pudor, dada a sua institucionalização estatal, as jovens estupradas tinham sua reputação manchada e acabavam abandonando os locais onde residiam, restando a elas a moradia em bordéis e o trabalho na prostituição, que inclusive passou a ser uma política de Estado (uma panaceia para conter a homossexualidade e a turbulência da juventude proletária), conforme registra Federici (2017)⁴.

Já com o avanço da reforma protestante e da caça às bruxas, a prostituição foi criminalizada, sendo os bordéis urbanos fechados e as prostitutas alvos de reprimendas violentas. Sobre tais reprimendas, anota-se: no século XVI em Madri, mulheres consideradas

⁴ De acordo com os estudos históricos, os bordéis eram administrados pelo Estado e a prostituição um serviço público, assim como legitimada pela Igreja, tendo dupla função: “proteger a vida familiar” e já esboçar o papel do Estado moderno no controle e reprodução da força de trabalho (FEDERICI, 2017).

“LIVRES COMO PÁSSARAS”? ACUMULAÇÃO PRIMITIVA, CAÇA ÀS BRUXAS E A EXPROPRIAÇÃO MISÓGINA

vagabundas e prostitutas não estavam autorizadas a permanecer e a dormir nas ruas, e caso flagradas nessa situação, levavam cem chibatadas, tinham a cabeça e as sobrancelhas raspadas e eram banidas da cidade (FEDERICI, 2017).

Nesse período de longos duzentos anos de caça às bruxas, a intervenção do Estado foi na supervisão e vigilância da sexualidade, da procriação e da vida familiar. Ou, como escreve Federici (2017), foi a “escravização das mulheres à procriação”. A política sexual desses séculos refletia a necessidade de crescimento demográfico, leia-se força de trabalho, em face da diminuição populacional devido às mortes pela pobreza e pragas, além da queda na natalidade pelo controle das mulheres sobre sua procriação (como era comum na Idade Média, desde a incidência feminina em partos, como parteiras, ao próprio saber feminino de métodos contraceptivos pela medicina popular).

A forma violenta com a qual essa política sexual ocorria, pode ser explicitada a partir de alguns fragmentos da análise histórica de Federici (2017, p. 174-176, *itálicos incluídos*):

[...] a principal iniciativa do Estado com o fim de restaurar a proporção populacional desejada foi lançar uma *verdadeira guerra contra as mulheres*, claramente orientada a quebrar o controle que elas haviam exercido sobre seus corpos e sua reprodução [...] por meio da *caça às bruxas, que literalmente demonizou qualquer forma de controle de natalidade e de sexualidade não procriativa* [...] todos os governos europeus começaram a impor penas mais severas a contracepção, ao aborto e ao infanticídio.

[...]

Sentenciava à morte aquelas cujos bebês morriam antes do batismo. [...]. Até mesmo hospedar uma mulher grávida solteira era ilegal, por temor de que pudesse escapar da vigilância pública [...]. Uma das consequências de tudo isso foi que as mulheres começaram a ser processadas em grande escala.

Diante disso, a historiadora italiana correlaciona a escravização da procriação com a acumulação capitalista e evidencia uma violência histórica, qual seja: “seus úteros se transformarem em território político, controlados pelos homens e pelo Estado: a procriação foi colocada diretamente a serviço da acumulação capitalista” (FEDERICI, 2017, p. 178). Guardadas as proporções entre as mulheres europeias e as mulheres negras escravizadas no colonialismo, Federici (2017, p. 178) conclui que “o corpo feminino foi transformado em instrumento para reprodução do trabalho e para a expansão da força de trabalho tratado como uma máquina natural de criação”.

Há de precisar, assim, que as mudanças trazidas com o novo modo de produção capitalista não eram de natureza apenas econômica, mas também do ponto de vista dos valores sociais e das normas. Inobstante a racionalidade do Estado Moderno exigir a secularização estatal, inexoravelmente ele se nutria da tradição e da moralidade religiosas. A busca por

“LIVRES COMO PÁSSARAS”? ACUMULAÇÃO PRIMITIVA, CAÇA ÀS BRUXAS E A EXPROPRIAÇÃO MISÓGINA

disciplina social lançou mão de ataques (por meio de leis e “reforma moral”) às formas de sociabilidade e sexualidade coletivas, numa verdadeira campanha contra a “cultura popular”, que em essência, buscava mesmo a “dessocialização ou descoletivização da reprodução da força de trabalho”⁵ (FEDERICI, 2017, p. 162).

Ademais, as forças de poder da época (a nobreza, a Igreja e a burguesia), entendiam-se muito bem quando o assunto era conter rebeliões proletárias, vez que as resistências ao empobrecimento e aos cercamentos ocorreram ao longo dos séculos XV a XVII.

Nelas, havia forte presença de mulheres. Elas portaram “forcados e foices, [e] resistiram ao cercamentos de terras ou à drenagem de pântanos quando seu modo de vida estava ameaçado (FEDERICI, 2017, p. 143). Diversas foram as formas de enfrentamento da condição de precariedade imposta, desde a migração⁶, à “vagabundagem” (criminalizada na época), aos “crimes contra a propriedade” e “crimes famélicos”. As mulheres resistiam à disciplina coercitiva do trabalho moderno que se desenhava e à política sexual estatal, retiravam as cercas de suas terras, estavam nas lutas contra os impostos e nas revoltas por comida⁷ contra a inflação de alimentos no contexto da Revolução dos Preços do século XVI (FEDERICI, 2017; 2019a).

Além disso, as mulheres sempre estiveram nos movimentos heréticos. Especialmente durante a Baixa Idade Média, quando eles ganharam força e se popularizam, as mulheres passaram a gozar de elevada posição social (FEDERICI, 2017). É importante dizer que esses movimentos precisam ser pensados para além da ideia de enfrentamento aos dogmas religiosos católicos e de grupos com escolhas e práticas sexuais não heteronormativas e de filosofia do amor livre. Eles representaram muito mais do que isso. Podemos dizer que foram as lutas sociais de hoje. Eram lutas antifeudais e anticlericais. Não à toa, Federici (2017) analisa que a Igreja usava a acusação de heresia para atacar toda forma de insubordinação social e política.

As mulheres estavam nos movimentos heréticos populares, de um lado, denunciando as hierarquias sociais, a propriedade privada, a corrupção do clero e a acumulação de riquezas, e de outro, “difundindo entre o povo uma concepção nova e revolucionária de sociedade”. Para ilustrar a importância da heresia popular e sua simbologia de resistência na Idade Média, Federici (2017, p. 68) a associa na equivalência ao que conhecemos por “teologia da

⁵ A esse respeito, é pertinente ressaltar que para Federici (2017) os cercamentos eram ampliados por meio de um processo de cercamento social, no qual a reprodução da classe trabalhadora é toda ela transferida do público para o privado: do campo aberto para o lar e da comunidade para a família.

⁶ Não à toa leis e medidas eram criadas para a fixação local da nova massa proletária.

⁷ As revoltas ganhavam a forma de “crimes famélicos” desde a caça ilegal, ao roubo de alimentos nos campos e invasão das casas dos ricos (FEDERICI, 2017).

“LIVRES COMO PÁSSARAS”? ACUMULAÇÃO PRIMITIVA, CAÇA ÀS BRUXAS E A EXPROPRIAÇÃO MISÓGINA

libertação”, pelo movimento herético ter selado “um marco de demandas populares de renovação espiritual e justiça social” (opondo-se à Igreja), assim como também o equipara à uma “primeira internacional proletária”, em razão do movimento ter colocado em pauta a “emancipação em termos universais” com uma estrutura comunitária alternativa de dimensão internacional.

Fica patente que, se a história da acumulação primitiva sobre as mulheres é uma história de violência, é porque ela se relaciona contraditória e dialeticamente com uma história de resistência e ameaça à uma ordem social. Na verdade, um conjunto de práticas femininas atravancava o caminho da onipotência da ordem capitalista. Elas resistiam aos cercamentos e antagonizavam com o modo de ser burguês, negando-se serem serviçais, assumindo o domínio sobre sua sexualidade e reconstituindo suas práticas e poderes ancestrais. Foram, então, perseguidas como bruxas e seus qualificadores: pessoa demoníaca, transgressora sexual, herege (porque rebeldes).

Considerando o gênero e a classe das acusadas, bem como os efeitos da perseguição, podemos concluir que a caça às bruxas na Europa foi um ataque a resistência que as mulheres apresentaram contra a difusão das relações capitalistas e contra o poder que obtiveram em virtude de sua sexualidade, de seu controle sobre a reprodução de sua capacidade de cura (FEDERICI, 2017, p 305).

A caça às bruxas ocorreu eminentemente em área rural. O mapa de acusação e perseguição às bruxas coincidia com o dos cercamentos (FEDERICI, 2017). Com a monetarização da vida, as mulheres passaram a formar uma grande maioria nas fileiras das pessoas que se tornaram pedintes e errantes, representando uma ameaça ao desenvolvimento da ordem capitalista (FEDERICI, 2019a). Tal situação confluía para a constatação de que “a pobreza e a transgressão sexual eram aspectos comuns da vida de muitas mulheres condenadas como bruxas” (FEDERICI, 2019a, p. 22).

As mulheres foram o principal alvo dessa perseguição, uma vez que foram elas as mais severamente empobrecidas pela capitalização da vida econômica e que a regulação da sexualidade e da capacidade reprodutiva delas foi a condição para a construção de formas mais rígidas de controle (FEDERICI, 2019a, p. 22).

A pobreza das “bruxas” era registrada nas acusações numa associação com o demônio: acusadas de fazerem pacto com o diabo e encantamentos para sobreviver. “Era dito que o diabo ia até elas em época de necessidade e lhes prometia que, a partir daquele momento ‘nunca mais precisariam sofrer privações’, supostamente oferecendo ‘carne, roupa, dinheiro’” (FEDERICI, 2019a, p.52). Todavia, a demonização das “bruxas” também era da ordem de gênero e

“LIVRES COMO PÁSSARAS”? ACUMULAÇÃO PRIMITIVA, CAÇA ÀS BRUXAS E A EXPROPRIAÇÃO MISÓGINA

sexualidade. Pois, ao serem consideradas com raciocínio débil, limitada inteligência, de lascívia e incontrolável sexualidade, eram atraídas pelo diabo e dominadas por ele.

Aos fatores econômicos no segundo plano da acusação de bruxaria devemos acrescentar a política institucional cada vez mais misógina que confinava as mulheres a uma posição social de subordinação em relação aos homens e que punia com severidade, como subversão da ordem social, qualquer afirmação de independência de sua parte e qualquer transgressão sexual.

A “bruxa” era uma mulher de “má reputação”, que na juventude apresentara comportamento “libertino”, “promíscuo”. Muitas vezes tinha crianças fora do casamento e sua conduta contradizia o modelo de feminilidade que, por meio do direito, do púlpito e da reorganização familiar, fora imposto a população feminina (FEDERICI, 2019a, p. 52-53).

Portanto, não menos importante, o estereótipo da bruxa na alcunha da “bruxa má” também era associado ao demônio que a possuía, por isso eram taxadas de encrenqueiras e língua ferina, podendo “rogar pragas” contra a vida de vizinhos. “A língua feminina era especialmente culpável, considerada um instrumento de insubordinação” (FEDERICI, 2017, p. 202). A demonização da insubordinação feminina funcionava, mesmo, para dividir, fragmentar e excluir mulheres, ao passo que forjava o padrão da feminilidade subordinada, a figura da “mulher ideal”: passiva, obediente e de poucas palavras (FEDERICI, 2017). Nesse sentido, as fogueiras eram uma lição para as demais.

Por meio da caça às bruxas, portanto, um novo código social e ético foi imposto, e isso tomou qualquer fonte de poder independente do Estado e da Igreja suspeita de diabolismo e provocou o medo do inferno [...] Dividiu as mulheres. Ensinou a elas que, ao se tornarem cúmplices da guerra contra as “bruxas” e aceitarem a liderança dos homens quanto a isso, obteriam a proteção que as salvaria do carrasco ou da fogueira. Ensinou-as, acima de tudo, a aceitar o lugar a elas designado no desenvolvimento da sociedade capitalista, pois, uma vez que fosse aceito que poderiam se tornar servas do diabo, a suspeita de diabolismo acompanharia a mulher por todos os instantes de sua vida (FEDERICI, 2019a, p.57).

Todas essas representações eram figuradas na literatura, na pintura e na dramaturgia para se criar uma atmosfera e um imaginário social da mulher boa e má, santa e puta, atingindo de forma violentamente simbólica o seu ser social, sua subjetividade.

A definição das mulheres como seres demoníacos e as práticas atroz e humilhantes a que muitas foram submetidas deixaram marcas indeléveis em sua psique coletiva e em seu senso de possibilidade. [...] a caça às bruxas destruiu todo o universo de práticas femininas, de relações coletivas e de sistemas de conhecimento que haviam sido base do poder das mulheres (FEDERICI, 2017, p. 203-205).

A partir de registros históricos, foi possível constatar que as mulheres acusadas como bruxas eram aquelas de comportamento “suspeito”: pobres, sozinhas e sem filhos, viúvas e

“LIVRES COMO PÁSSARAS”? ACUMULAÇÃO PRIMITIVA, CAÇA ÀS BRUXAS E A EXPROPRIAÇÃO MISÓGINA

velhas, praticantes de magias e encantamentos⁸, curandeiras e parteiras, também eram agricultoras, hereges, errantes, vagabundas, prostitutas, pedintes e de luta. Todas ameaçadoras da ordem moderna e do ideal de feminilidade. Mulheres insubordinadas.

Considerações finais

Arrematando o caminho de análise até aqui temos que, na escavação do terreno do segredo da acumulação primitiva, encontramos as “bruxas” e sua dimensão ontológica: as de ontem e as de hoje. O perfil da acusada como bruxa traz em cena a luta de classes (FEDERICI, 2017), histórica e atual, bem como a misoginia enquanto estratégia de manutenção da ordem moderna e do poder patriarcal.

Assim é que a caça às bruxas do presente ganha *corpus* histórico, e não se afigura como uma mera comparação imagética com os séculos XVI e XVII. Ela é permanente e guarda vínculos estruturais com a agenda mundial da globalização capitalista. Afinal, testemunhamos ainda hoje

o empobrecimento, as rebeliões e a escala do “crime” [que] são elementos estruturais da acumulação capitalista, na mesma medida em que o capitalismo deve despojar a força de trabalho de seus meios de reprodução para impor seu domínio (FEDERICI, 2017, p. 161).

Como demonstrado por Marinho (2020, p. 88), essa caça às bruxas do presente engloba uma complexidade de violação de direitos em especial nos países do Sul, como o Brasil:

Desde a sub-representação político-partidária de mulheres (sobretudo negras, periféricas, jovens, lésbicas e trans) aos números alarmantes de feminicídios e de violência sexual contra as mulheres, passando pelas negligências e violações em saúde sexual e reprodutiva nos serviços públicos e privados de saúde; pelos assassinatos de meninas e mulheres negras de favelas em face da violência estatal-policial; pelas estatísticas dos piores salários, subempregos e precárias condições de moradia a que estão expostas as mulheres; pelos inúmeros deslocamentos forçados; pela destruição das florestas, dos recursos naturais e dos territórios indígenas; pelo uso excessivo de agrotóxicos e poluição das águas atingindo as condições de vida de comunidades ribeirinhas; pela dominância do agronegócio e a transformação de terras de subsistência em soja e gado; pelos ataques dos poderes executivo e legislativo aos direitos previdenciários das trabalhadoras idosas e trabalhadoras rurais; pela representação social única do ser mulher do *ethos* burguês na mídia televisiva; pela trágica problemática social de expulsão de jovens lésbicas e trans de suas casas por familiares; pela evasão escolar de meninas em virtude das discriminações raciais, étnicas, sexuais e de gênero; pelo epistemicídio da produção intelectual, acadêmica e literária de mulheres, sobretudo negras e trans; pela frágil ossatura de políticas públicas de equidade de gênero e raça; pelas insipientes conquistas a conta-gotas de mulheres trans no âmbito dos direitos civis, políticos e sociais; chegando às agressões,

⁸ O ataque contra a magia era mesmo porque “o mundo devia ser desencantado para poder ser dominado” (FEDERICI, 2017, p 313).

“LIVRES COMO PÁSSARAS”? ACUMULAÇÃO PRIMITIVA, CAÇA ÀS BRUXAS E A EXPROPRIAÇÃO MISÓGINA

humilhações, silenciamentos e invisibilizações cotidianas e continuadas de mulheres, especialmente pobres, negras e trans

Diversos são os impactos na vida das mulheres com a mercantilização das políticas sociais, com a privatização da educação e da saúde, com o controle capitalista global sobre a produção e a reprodução social e com o desmonte de direitos de cidadania da já frágil democracia brasileira.

A permanência da caça às bruxas exprime a dialética *perseguição e resistência*. Ela se estabelece não somente por ser estruturalmente necessária à dinâmica capitalista patriarcal, mas porque ainda se apresenta como estratégia de dominação e supremacia masculina para minar as formas de luta e resistência e o poder e a autonomia das mulheres. Não à toa o processo de desdemocratização que vivemos vem acompanhado de políticas antigênero, antifeminismo e antiLGBTI+, demonstrando, como bem expõe Federici (2017), que a caça às bruxas é material e simbólica.

Referências

MARINHO, S. Mulheres trans, violência de gênero e a permanente caça às bruxas. **Argumentum**, Vitória (ES), UFES. v.12, n.3, p.86–101, set/dez. 2020.

MARX, K. A chamada acumulação primitiva. In: MARX, K. **O Capital**. Livro 1. Vol. 2. Capítulo XXIV. 33ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018, p. 835-885

MARX, K. A lei geral da acumulação capitalista. **O Capital**. Livro I – O Processo de Produção de Capital, Volume II. 23ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

FEDERICI, S. **O Calibã e a Bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante Editora, 2017.

FEDERICI, S. **Mulheres e caça às bruxas**: da Idade Média aos dias atuais. São Paulo: Boitempo, 2019a.

FEDERICI, S. **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Elefante Editora, 2019b.

FRASER, N. Conceitualizando o capitalismo. In: FRASER, N.; JAEGGI, R. **Capitalismo em Debate**: Uma conversa na teoria crítica. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2020, p. 27-77.